

TÍTULO: MOVIMENTOS CAMPESINOS, MULHERES PESCADORAS E EDUCAÇÃO DO CAMPO, A PARTIR DE OLHAR COM ABORDAGENS MARXISTAS.

Ana Rita de Oliveira Paulino[1]

Heloisa da Silva Borges[2]

Valquiza Socorro Martins de Matos[3]

Círculo de Saber: Conhecimento, saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais.

Resumo: O objetivo deste artigo foi fazer uma relação do objeto de pesquisa de mestrado em curso com os textos estudados, trazendo para o cenário a historicidade dos movimentos revolucionários do campo. No século XIX, a Europa estava passando por catastróficas revoluções como a queda do regime absolutista e a ascensão da burguesia, gerando com isso diversas consequências para as classes menos favorecidas, dentre elas, o cercamento e a desapropriação das terras nas quais os camponeses viviam. O artigo realiza um resgate da história dos movimentos do campo no Brasil no século XX, até os dias atuais e apresenta uma prévia do trabalho do grupo de mulheres pescadoras. A metodologia foi bibliográfica de cunho qualitativo com obras marxistas e autores que dialogam com o mesmo pensamento. Os resultados alcançados apontaram para importância dos movimentos sociais para uma perspectiva de transformação social.

Palavras-chave: Movimentos Campesinos; Mulheres Pescadoras; Transformação Social.

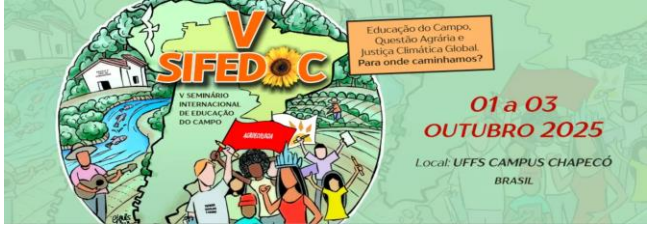
Introdução

O presente trabalho é fruto das discussões em sala de aula e das leituras durante a disciplina Materialismo Histórico-Dialético e Educação, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O objetivo deste artigo consiste em fazer uma analogia entre a pesquisa de mestrado e as reflexões das leituras que tiveram como embasamentos bibliográficos obras como: *O Capital (Marx, 2017), A nacionalização da terra (Marx, 2018), O 18 Brumário de Luís Bonaparte (Marx, 2011), Educação do Campo: identidade e políticas públicas Kolling, Cerioli e Caldart (2002); A educação Básica e o movimento*

[1] Mestranda em Educação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM) http://lattes.cnpq.br/2544904464240831; Email: ar75am@hotmail.com; Orcid: 0009-0007-6681-6124.

[2] Doutora em Educação Universidade Federal do Amazonas (UFAM) Brasil. Professora do Departamento de Administração e Planejamento e do Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Amazonas - Brasil. E-mail: helo-borges@hotmail.com Orcid: 0000-0001-7629-7056 Lattes: http://lattes.cnpq.br/9429409939324333.

[3] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), Membra do Grupo de Pesquisa e Estudos “Educação do Campo, Currículo e Formação de Professores/as na Amazônia”. E-mail: valquizamatos2013@gmail.com https://orcid.org/0009-0002-3208-2285 http://lattes.cnpq.br/6360579191398957



social do campo Arroyo e Fernandes (1999), teóricos que também problematizaram os movimentos sociais do campo na contemporaneidade. O artigo também se apoia em documentos das legislações específicas no âmbito federal, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002).

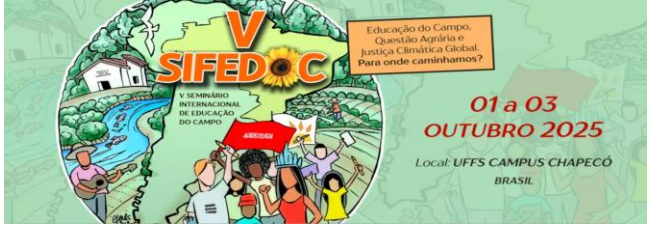
Para uma melhor compreensão, este trabalho está organizado nas seguintes seções: Primeiramente, aborda as contribuições de algumas obras de Marx para com os movimentos sociais do campo na Europa no século XIX, os conflitos pela posse da terra gerada pelo capitalismo, e na segunda seção será feito um resgate dos principais movimentos do campo no Brasil, no período de 1945 a 1987, até os dias atuais, e por fim, O Grupo das Mulheres Pescadoras e a Educação do Campo como um movimento social. Finalmente, apresentamos as considerações finais, chegamos à conclusão de que as contribuições dos textos estudados nos deram um aporte teórico fundamental para a veracidade deste artigo.

Metodologia

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e foi conduzido a partir de uma abordagem bibliográfica e documental, com obras marxistas e autores que dialogam com o mesmo pensamento, com base em leituras realizadas durante a disciplina Materialismo Histórico-Dialético, através do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Obras clássicas como Karl Marx, em *O Capital* (2017), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011) e *A Nacionalização da Terra* (2018), foram essenciais para compor o corpus teórico deste trabalho, assim também como autores contemporâneos que dialogam com o pensamento marxista e discutem a concepção de educação do campo, destacam-se Caldart (2002), Arroyo e Fernandes (1999), e Medeiros (1989) dentre outros. Documentos normativos e legais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), também contribuíram para se fazer uma análise crítica da política educacional para as populações do campo.

Assim, a metodologia adotada fundamenta-se na necessidade de compreensão sobre os movimentos sociais do campo e a atuação das mulheres pescadoras



fazendo relação com o método Materialismo Histórico-Dialético, para que se faça uma análise da realidade social e das contradições presentes na formação da sociedade capitalista.

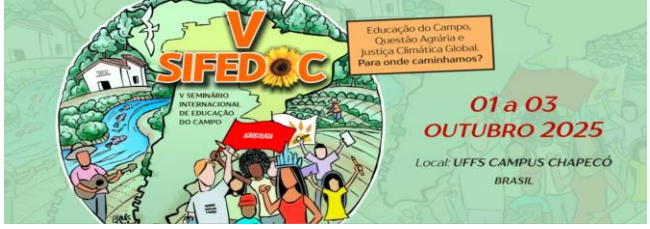
É importante frisar que este estudo faz um diálogo com a pesquisa em andamento que trata sobre o Grupo de Mulheres Pescadoras do município do Careiro da Várzea (AM), embora ainda não seja uma pesquisa de campo estruturada, a inserção desse tema no artigo tem o objetivo de exemplificar como os movimentos sociais do campo se organizam com a educação, trabalho e a luta por direitos. Esta reflexão será aprofundada nas etapas futuras da pesquisa de mestrado.

Contribuições de Marx para um entendimento sobre os movimentos campesinos, as relações capitalistas

O filósofo alemão Karl Marx, que foi um grande estudioso do capital, trouxe nas suas obras vastas pesquisas que vão além da sua teoria da história, da teoria do capitalismo e da consciência de classes em bases metodológicas que possibilitaram uma consciência acertada acerca dos fenômenos dos movimentos sociais. Nas suas categorias, como a totalidade, a dialética, a mediação, e a contradição, é possível observar e ter um melhor entendimento sobre as bases epistemológicas dos movimentos sociais do campo, como estes foram concebidos em um estado formado a partir de contradições sociais. A totalidade assume importância fundamental nesse sentido, esta é uma categoria teórica e fundamental no método dialético e nos ajuda entendermos melhor as formações dos movimentos sociais na sociedade.

> A totalidade, para o materialismo histórico-dialético, é a sociedade. Mas toda totalidade é composta de partes. As partes que constituem a sociedade são o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e as formas de regularização das relações sociais. Tais partes, por sua vez, podem ser subdivididas em outras partes. Mas elas estão necessariamente ligadas uma à outra, formando uma totalidade. O que caracteriza a concepção marxista da totalidade é a ideia de que entre as partes que compõem o todo existe uma relação necessária e que o resultado desta relação entre as partes é a totalidade. Essas partes, desta forma, exercem “múltiplas determinações” sobre a totalidade, ou seja, sobre essas partes reunidas. Acontece que uma dessas partes exerce uma “determinação fundamental” sobre as outras, ou seja, sobre a totalidade. A própria totalidade é uma derivação desta parte fundamental (Viana, 2007, p. 106).

A partir deste ponto de vista, onde Viana (2007) nos aponta a sociedade como totalidade, é possível observar que a sociedade está inserida em outra totalidade, que é a natureza, e a natureza está em outra totalidade maior, que é o universo,



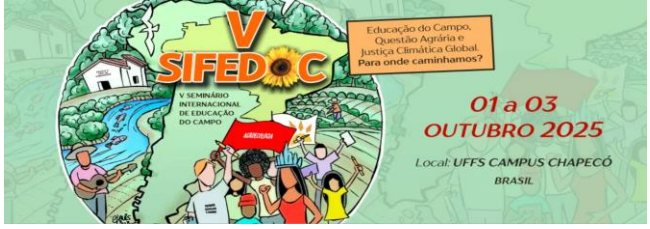
assim como os movimentos sociais, que também podem ser considerados uma totalidade, pois são criados, podemos dizer, por outra totalidade, que são os seres humanos que formam a sociedade.

Ela é a forma de pensar os fenômenos sociais de forma ampla e expressar a realidade, esta é reflexiva e nos faz desvendar o essencial do objeto, na sua particularidade e universalidade. Então, é a partir destes dados conceituais que vamos buscar entender a história dos movimentos sociais do campo, como o próprio conceito diz a sua essência, a como estes foram construídos e vive até hoje uma resistência histórica dentro de uma estrutura de uma sociedade formada com bases capitalistas, onde os fenômenos sociais, bem como os seus desdobramentos, estão essencialmente relacionados uns aos outros e, que, portanto, não é possível pensar algum fenômeno ou determinação desse fenômeno de forma isolada.

A partir do exposto, vamos apresentar a figura do campesinato em algumas obras de Marx. Nestas obras é possível ver o campesinato, onde estes aparecem dentro de um sistema contraditório. Marx mencionou várias vezes nas suas obras os conceitos ou termos *classe social ou lutas de classe*, nos levando a compreensões nem sempre claramente semelhantes, suscitando compreensões controversas, nos levando a ter importantes debates. Assim, buscamos fazer uma abordagem histórica do campesinato e da questão agrário-camponesa em algumas obras escritas por Marx e alguns pensadores marxianos.

Na sua obra o Capital, de Marx (2017), podemos observar o camponês e a sua classe social, a qual estava inserida naquele contexto, e a acumulação primitiva, onde se observa claramente a luta pela sobrevivência perante o capitalismo avassalador.

Para entender essa acumulação primitiva é necessário entender dois grandes movimentos, que permitiram a ascensão do capitalismo o primeiro e a dissociação dos trabalhadores do meio de produção, os trabalhadores, principalmente os camponeses que eram a grande maioria, estes eram os detentores dos seus meios de produção, ou seja, eles detinham a terra, o tear, a suas ferramentas de trabalho, dentro suas precariedade de trabalho, sem tecnologia, eles eram proprietários das suas terras, mas os mesmos não eram tão autossuficientes para se sustentar, pois, como já foi falado anteriormente havia certa precariedade na forma de trabalho e



sem muitas condições para se obter melhores ferramentas de trabalho a sua produção era baixa e sem o apoio de outras fontes, era difícil sobreviver.

Estes dependiam de coletar raízes da terra comunal da igreja e até de terras estatais, caçar e coletar lenha, que era de suma importância, pois sem lenha morriam de fome e frio. Os grandes proprietários da época, na medida em que demandavam uma força de trabalho desprovida do seu meio de produção, tomaram as terras da igreja, do estado, cercaram as terras, impediram que os camponeses fizessem uso da terra e, se fizessem, eram assassinados. Então, estes estavam passando fome, venderam as suas terras e tiveram que ir para a cidade vender a sua força de trabalho.

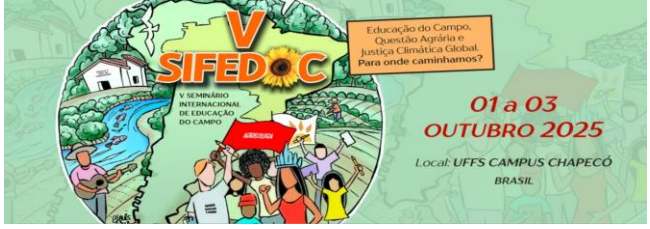
> Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado (Marx, 2017, p. 808).

A luta pela posse da terra é o manuscrito A nacionalização da terra de Karl Marx (2018). Este foi um dos documentos mais importantes sobre a reforma agrária. Foi redigido a propósito da discussão na seção de Manchester da internacional sobre a nacionalização da terra. Marx encarava esse grande problema que é a nacionalização da terra, como ele dizia, numa indissolúvel ligação com as tarefas da revolução proletária e da transformação socialista de toda a sociedade. Marx defendia que a terra devia ser propriedade da nação, e não de indivíduos ou classes.

No *18 brumário, Marx (2011), faz um relato* analítico sobre o golpe de Estado que Luís Bonaparte desferiu na França em 02 de dezembro de 1851 e sobre as lutas de classes, durante "*A dinastia de Bonaparte*". De acordo com Marx, o escolhido dos camponeses não foi o Bonaparte que se submeteu ao parlamento burguês, mas o Bonaparte que pôs em fuga o parlamento burguês.

> Durante três anos as cidades conseguiram falsificar o sentido da eleição de 10 de dezembro e ludibriar os camponeses no que se refere à restauração do Império. A eleição de 10 de dezembro de 1848 só foi consumada com o *coup d'état* de 2 de dezembro de 1851. (Marx, 2011, p.142)

Assim, Marx (2011), relatava que os camponeses parceleiros constituíam uma gigantesca massa, cujos membros viviam na mesma situação, mas não estabeleciam relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isolava



uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento era favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses.

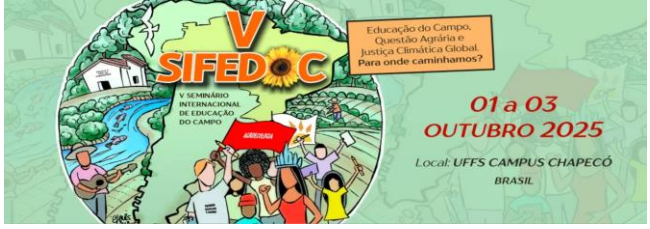
Para Marx (2011), milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas formam uma classe. Mas, na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Então, Marx conclui que os camponeses são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados.

Segundo Marx (2011), o seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo, como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima.

Marx (2011), confirma esse apelo divino, apareceu um indivíduo alegando ser esse homem por portar o nome de Napoleão, em decorrência da seguinte prescrição do *Code Napoléon*: "*La recherche de la paternité est interdite*" [A investigação da paternidade é interdita]. Após vinte anos de vagabundagem e uma série de aventuras grotescas, cumpre-se a saga e o homem se torna imperador dos franceses.

Marx (2011), ainda relata que os três anos do duro governo da república parlamentar já revoltaram e libertaram, ainda que superficialmente, uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica; porém, a burguesia os repelia com violência sempre que se punham em movimento.

E nesta magnífica obra, o 18 Brumário, que traz fortemente a figura do camponês, o filósofo alemão conclui que, durante o período da república parlamentar, os camponeses de diversas localidades sublevaram-se contra a sua própria criação, o exército. A burguesia puniu-os com estados de sítio e execuções



Foi importante fazer este resgate sobre os movimentos campesinos nas obras de Karl Marx, para se entender o contexto no qual os movimentos campesinos estavam inseridos. Podemos dizer que a figura do homem sem terra já se fazia presente naquele momento histórico, onde foi notório perceber que o campesinato foi perdendo espaço na Europa, a partir da introdução de relações capitalistas no campo. Na Inglaterra, o movimento campesino praticamente desapareceu.

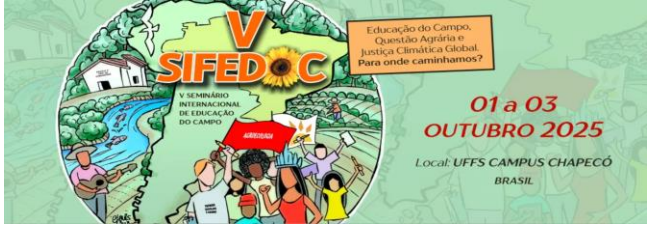
E assim, fazendo todo este percurso histórico do período clássico ao contemporâneo, chegamos ao Brasil para fazer um resgate destes movimentos campesinos que muito lutaram e continuam lutando por políticas públicas que atendam as necessidades do homem do campo.

Segundo Medeiros (1989), buscar recuperar a história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio. Trata-se de um percurso com poucos registros, a maioria dispersos e fragmentados. A própria trajetória desses trabalhadores — explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais — implica na dificuldade de preservação da sua memória social. Abaixo faremos um breve relato dos movimentos sociais campesinos no Brasil, com uma trajetória de lutas e algumas conquistas.

Um breve relato dos Movimentos do Campo no Brasil, suas lutas e conquistas

Somos herdeiros de uma colonização mercantilista exploratória, que aqui chegou como um trator, esmagando e matando tudo o que via pela frente: povos originários, floresta e fauna. O que nos restou? Apenas poucos homens e mulheres, podemos dizer domesticados, pois os povos originários eram considerados selvagens. E assim começa a história do homem do campo tendo a sua terra invadida para ser explorada, e relembrando os textos de Marx, a terra e o próprio homem se transformam em mercadoria. E nessa trajetória trazemos os negros escravizados que eram explorados, assim como os indígenas que eram açoitados e assinados. Eram tempos de muitos extermínios e também muitas revoltas, onde surge o aparecimento dos primeiros quilombos organizados que fugiam dos maus-tratos dos seus senhores.

Algumas vezes elas se deram de forma organizada. Com bandos de escravos buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, grupos de fugitivos que, apossando-se de



terras ainda virgens, criavam sua forma própria de organização econômica, social e política (Medeiros, 1989, p. 11).

Nesta época, temos a notícia dos primeiros imigrantes que chegavam da Europa para substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café. Foram tempos também de grandes revoltas por parte dos imigrantes colonos que não aceitavam os pagamentos de impostos e nem os cálculos do lucro deste café, cobrados pelos fazendeiros donos da terra arrendada para cultivo dos imigrantes.

Estas greves ocorriam em protesto contra os baixos preços estipulados na época das colheitas, não pagamento de salários, punições com multas consideradas pesadas e arbitrárias etc., e chegaram a levar a alterações nos termos dos contratos entre colonos e fazendeiros (Medeiros, 1989, p.12).

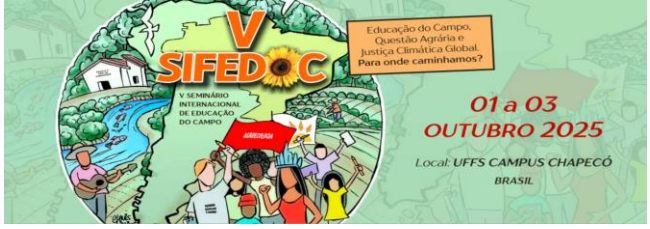
E nesse período também explodem alguns movimentos de caráter messiânico em algumas regiões do Brasil. Estes movimentos buscavam resolver problemas sociais, de forma igualitária, e criaram comunidades lideradas por "*messias*", que eram pessoas que tinham um grande carisma e se diziam capazes de implantar uma nova ordem social através do poder divino. Entre estes, destaca-se Antonio Conselheiro em Canudos, na Bahia, e o Monge José Maria no Contestado, no Paraná.

Vistos como expressão de fanatismo religioso, esses movimentos nunca receberam reconhecimento político, embora tivessem mobilizado a preocupação dos governantes da época e chamado sobre si intensa repressão (Medeiros, 1989, p .12).

Nestas lutas e revoltas, observar-se que a figura do homem do campo fez-se sempre presente, mas é a partir de 1950 que se tem certa organização destes movimentos com a emergência de ligas camponesas, de "*Associações*" que traz para o cenário político a pauta sobre a reforma agrária, mas infelizmente essas lutas sofreram influências externas e acabaram enfraquecidas.

Forjou-se a imagem dessas lutas como produto da "ação de agentes externos", "elementos estranhos à classe", que, por interesses outros, viriam incitar a revolta e perturbar a secular "paz no campo". Com isso, mais uma vez os trabalhadores eram vistos como incapazes de agir, de formular seus interesses e de se organizar em sua defesa (Medeiros, 1989, p. 12).

Este resgate da história do homem do campo no Brasil inicia-se em 1945. Sabemos que lutas anteriores ocorreram, mas foi neste período de 1945 que vai até 1987, que este povo simples que nem organizado de fato estava, com uma luta e resistência, trouxe para o cenário político pautas como direito dos trabalhadores, previdência social e reforma agrária e vem seguindo até os dias atuais.



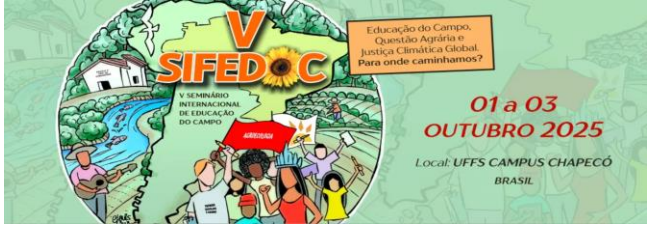
E assim, este campo foi construído a partir de muita luta e muita resistência, muitas vidas e muitas histórias. Atualmente, este campo continua sendo a morada de pessoas simples, trabalhadores rurais, criadores de animais, indígenas, quilombolas, pescadores, etc., todos com histórias de luta e resistência, memória esta que podemos observar nas pesquisas e estudos de Maria da Glória, Gohn (1997), Roseli Salete Caldart (2002), Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989) e entre outros autores também apaixonados pela causa.

Da coleção por uma Educação Básica no Campo, o texto, base da primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes (1999), ressaltam que existe um movimento social ativo no campo, movimento este sendo observado, onde muitos já reconheceram que este movimento não está mais parado, há muitas vidas no campo, estes ressaltam que há mais vida no campo que nas cidades, no asfalto, há uma grande inquietação por conta dos movimentos estes sempre estão na busca por melhorias, por políticas públicas que consiga chegar até o campo conforme a realidade local, mas tudo isso só vai acontecer quando o movimento estiver organizado e juntar as suas lutas, por uma luta coletiva, um projeto maior, onde caibam todos, homens, mulheres, crianças, negros, uma grande luta unificada para um projeto maior de nação. E na sequência trazemos como experiência de movimentos do campo, o grupo de Mulheres Pescadoras e uma relação do trabalho destas com a educação do campo.

Mulheres Pescadoras e a Educação do Campo

Segundo Gohn (2011), a relação entre movimento social e educação se dá a partir das ações que os movimentos sociais e grupos sociais desenvolvem. E isto acontece em dois momentos, a primeira se dá quando os movimentos sociais se integram com o ambiente escolar. A outra forma acontece dentro do próprio movimento social, por meio de suas ações, de suas práticas. Assim, trazemos na sequência abaixo o grupo de mulheres pescadoras que, através de suas ações, desenvolvem a educação informal.

O Grupo de Mulheres Pescadoras, do município do Careiro da Várzea – AM, objeto de estudo da pesquisa, é um exemplo de movimentos sociais, que mesmo de



maneira tímida em seu local de trabalho, desenvolvem sua forma de trabalho e ajudam economicamente suas famílias e comunidade.

Assim, a pesquisa irá ressaltar a importância da educação do campo, fazendo uma correlação com as atividades que estas desenvolvem na perspectiva de garantir políticas públicas voltadas para a realidade da zona rural, visando à busca de direitos, e a importância da sociedade civil organizada, que: “Que existe em comum, entrelaçando os movimentos sociais com a educação, é a luta por cidadania, uma vez que o termo cidadania está ligado à noção de direitos” (Gohn, 2012. p. 23).

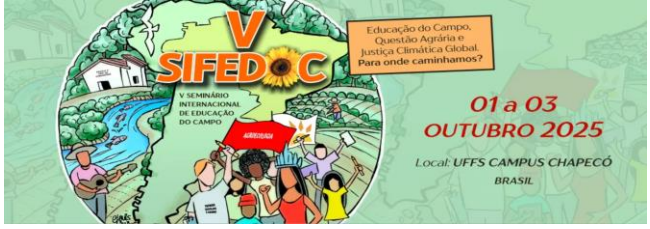
Desta forma, entende-se que a proposta da educação do campo é expressar a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por políticas públicas direcionadas a estes povos, que se aproxime da comunidade e valorize os saberes e costumes que os grupos e movimentos sociais carregam dentro de suas histórias.

> Os movimentos sociais têm cumprido no campo um papel político e pedagógico que não pode deixar de ser reconhecido pelos educadores. Os movimentos, através das suas lutas e suas formas de organização e de expressão, têm ajudado afirmar direitos, a humanizar as pessoas criando novas possibilidades de viver com dignidade (Caldart, 2002. p. 91).

Sendo assim, entendemos que a educação do campo acontece em vários espaços da comunidade, como na escola, no posto de saúde, na igreja e no grupo de mulheres. Esta não se limita somente ao espaço físico da escola, nem tão pouco aos professores. Os sujeitos que compõem esta escola são pessoas carregadas de saberes que são excluídas pelo sistema e têm como bandeira de luta sua resistência e permanência no campo.

A pesquisa com o grupo de mulheres contribuirá com o fortalecimento do papel das mulheres na comunidade, no que diz respeito à visibilidade com relação ao trabalho que desenvolvem, na questão da organização da autogestão da busca por direitos, por políticas públicas direcionadas à realidade do campo. Segundo Caldart (2004), “A perspectiva da Educação do Campo é exatamente de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino” (Caldart, 2004. p. 28).

Fernandes (1999, p. 6) ainda afirma que a escola do campo é aquela que “defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa que constrói conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população.”



Assim, com essa pesquisa prévia, ressaltamos a importância de os movimentos sociais estarem organizados, pois estes podem contribuir com a construção de novas políticas públicas que garantam a memória de suas histórias e a resistência na luta pela terra, posse da terra de forma justa e igualitária.

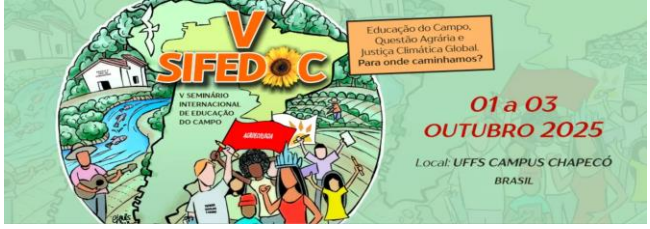
Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo fazer uma correlação do Projeto de Mestrado, com os textos estudados na Disciplina: Materialismo Histórico-Dialético e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

Os estudos Marxianos e autores que seguem a mesma corrente Marxista nos possibilitou um melhor diálogo para entender os vários paradigmas dos movimentos campesinos, as suas lutas populares, suas bandeiras, este faz um resgate do período clássico ao contemporâneo sobre estes movimentos, e vem partilhar com os leitores, diversas etapas deste processo, onde nas obras de Marx foi possível vê a existência destes movimentos, pode-se dizer de uma maneira não muito satisfatória com relação a sua representatividade, mas já inseridos dentro de um sistema capitalista cruel e excludente, onde eram impostos as leis do mais forte que nos pendura ate os dias de hoje e dai vem à importância destes movimentos estarem organizados, para a busca de direitos.

No século XX, os movimentos sociais, incluindo os camponeses, passam a ser estudados na questão política e na social, pois, estes, através das suas ações, começam a influenciar estas duas ciências pelas questões dos direitos. Segundo Arroyo: “O movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos, à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação.” (ARROYO, 2008).

Desta forma, o texto nos trouxe a pesquisa sobre o grupo de mulheres pescadoras, onde estas estão então inseridas na linha dos direitos quando passam a reivindicar estes direitos inexistentes na comunidade, direitos como educação do campo, voltados para a realidade do campo, direitos da mulher, como direito por mais



espaço e visibilidade, direitos à saúde, segurança, à comunicação e todos os direitos básicos que todo cidadão e cidadã deveriam ter acesso.

Assim, ressaltamos a importância dos ensinamentos marxianos, as categorias, como a Dialética, a Contradição e Totalidade, na qual ressaltamos no início do artigo, foi fundamental para compreender como estes movimentos campesinos foram se construindo dentro de suas bases epistemológicas, suas histórias, suas lutas e resistência, que permanecem até os dias de hoje.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G; FERNANDES, Bernardo M. **A educação básica e o Movimento Social do Campo.** Ed. Brasília DF: Editora, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais.** 7ª ed, São Paulo, 2012

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História do Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro Fase, 1989.

MARX, Karl. **O capital**, capitulo 24. São Paulo: Boitempo, 2017.

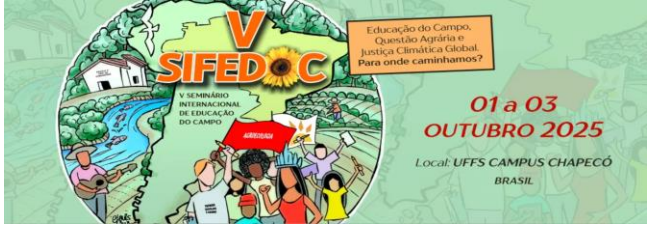
MARX, Karl. **18 Brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A nacionalização da terra.** The International Herald, n° II, de 15 de Junho de 1872.

KOLLING, Edgar, J; OSFS, Cerioli, Ricardo, P; CALDART, Salete, R**. Educação do Campo :Identidade e Políticas Públicas.** Brasília, DF: Editora, 2002.

NASCIMENTO, V. F, **Patriarcado Rural: Permanência e alterações da ordem patriarcal no meio rural**. Universidade Federal de Sergipe - Campus de São Cristóvão. Engepect.wordpress.com.br.

VIANA, Nildo. **A Consciência da História.** Ensaios sobre o Materialismo-Histórico-Dialético.2° edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.


V
SIFEDOC
V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
Educação do Campo, Questão Agrária e Justiça Climática Global. Para onde caminhamos?
01 a 03 OUTUBRO 2025
Local: UFFS CAMPUS CHAPECÓ
BRASIL